

O AVANÇO DA MILITARIZAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: AUTORITARISMO E SILENCIAMENTO X DEMOCRACIA E REFLEXÃO

Maria Amélia Silva Nascimento
Jailma dos Santos Pedreira Moreira

Resumo: Trata-se de uma reflexão sobre o avanço da militarização na educação brasileira, enfocando, principalmente, as Escolas Cívico-Militares (Ecim). Dessa forma, buscamos tecer algumas reflexões sobre as implicações desse processo na vida dos estudantes, da escola e da sociedade. Para tanto, consideramos atos, planos e documentos oficiais relativos ao assunto e mapeamos artigos, dissertações e teses, que nos forneceram pistas importantes para favorecer nosso debate, assim como apontaram o que já se tem produzido sobre tal temática. Além disso, para nos ajudar a pensar a questão, apoiamos-nos em estudos de pesquisadores da educação e da cultura, tais como: Paulo Freire (1985, 1996, 2005, 2007, 2008), Adorno (1995, 2019), Foucault (2014), Spivak (2010), entre outros. Com os estudos feitos, vários signos apontaram para a falácia da redução da violência e da melhoria do rendimento escolar como justificativas para a imposição da Ecim no território brasileiro. Isto foi demonstrado, na medida em que, de forma violenta, essa militarização tem formatado subjetividades, silenciado sujeitos, através da metodologia disciplinar, hierárquica e autoritária, que anula a palavra, a cultura, o saber do outro. Essa operação traduz sua lógica neoliberal, de mercado e de controle, inviabilizando, portanto, o ambiente democrático e autorreflexivo, que condiz com a educação, enquanto ato emancipador, que ajuda a construir sujeitos e não objetos/peças de uma engrenagem. Por fim, reforçamos a importância de mais estudos-pesquisas, para que, de fato, se possa refletir sobre que educação, estudantes, sociedade queremos. Se queremos uma escola ou uma cela, uma cadeia.

Palavras-Chave: Militarização/educação. Autoritarismo-hierarquia. Democracia-autorreflexão. Projeto escola/sociedade.

THE ADVANCE OF THE MILITARISATION OF BRAZILIAN PUBLIC SCHOOLS: AUTHORITARIANISM AND SILENCING X DEMOCRACY AND REFLECTION

Abstract: This paper seeks to reflect on the advance of militarization in Brazilian education, focusing mainly on Civic-Military Schools (Ecim). In this way, we seek to ponder the implications of this process on students lives, the school and society. To accomplish this, we considered acts, plans and official

documents related to the subject and mapped articles, papers and thesis that provided us with important clues to further our debate and also pointed out what has already been produced about this subject. Additionally, to support this reflection we rely on studies by education and culture researchers, such as: Paulo Freire (1985, 1996, 2005, 2007, 2008), Adorno (1995, 2019), Foucault (2014), Spivak (2010), among others. With the studies already conducted, many signs pointed out the violence reduction and improvement of school performance fallacy as justifications for the imposition of Ecim in the Brazilian territory. This has been proved as the militarization, in a violent way, has been shaping subjectivities, silencing subjects through the disciplinary methodology, which is authoritarian and hierarchical, that nullifies the word, the culture, the knowledge of the other. This process translates its neoliberal, market and control logic, thus impairing the democratic and self-reflexive environment that, while being an emancipating act, helps to construct subjects and not objects/parts of a machine. Lastly, we reinforce the importance of further study-research, in order to, in fact, reflect on what education, students, and society we want. Whether we want a school or barracks.

Keywords: Militarization/education. Authoritarianism/hierarchy. Democracy/self-reflection. Project school/society.

Algumas palavras iniciais

A temática Colégios Militares e Escolas Cívico-Militares no Brasil é um assunto que carece mais do que nunca ser estudado e debatido. Sobretudo pelo fato de que nessas primeiras décadas do século XXI tem ocorrido a expansão vertiginosa da militarização das escolas em nível estadual e municipal. Por conseguinte, com este estudo objetivamos promover uma reflexão sobre o avanço da militarização na educação brasileira, enfocando, principalmente, as Escolas Cívico-Militares (Ecim). Dessa forma, buscamos tecer algumas discussões sobre as implicações desse processo na vida dos estudantes, da escola e da sociedade.

Como metodologia, consideramos atos, planos e documentos oficiais relativos ao assunto e mapeamos artigos, dissertações e teses, de 2015 a 2020, que nos forneceram pistas importantes para favorecer nosso debate, assim como apontaram o que já se tem produzido sobre tal temática. Além disso, para nos ajudar a pensar a questão, apoiamo-nos em estudos de pesquisadores da educação e da cultura, tais como: Adorno (1995, 2019),

Deleuze (1992), Freire (1985, 1996, 2005, 2007), Foucault (2014), Santos (2016), Spivak (2010), dentre outros.

Nesse sentido, apresentando resultados e discussões, nosso texto é dividido em quatro partes, excluindo esta introdução e as considerações finais. Assim, na primeira parte, tomando como referência principalmente atos e documentos oficiais do governo, historicizamos esse avanço da militarização da educação, a implantação das escolas Cívico-Militares, destacando ações governamentais nesse sentido, entre elas a criação do Projeto de Educação Cívico-Militar (Pecim). Na segunda parte, ainda rastreando esses atos e documentos, assinalamos dois principais argumentos utilizados para a imposição das escolas Cívico-Militares em solo brasileiro, quais sejam, a redução da violência e a melhoria do desempenho escolar.

Na terceira parte do texto nos dedicamos a partilhar o levantamento feito de artigos, teses e dissertações sobre o assunto, com o fim de observar o estado das pesquisas sobre tal questão, ao tempo que fomos rastreando signos, pistas para problematizarmos essa militarização, que teve seu debate acentuado no quarto tópico desse texto, quando elegemos o autoritarismo, a hierarquia e a disciplinarização como elementos que, violentamente, formatam subjetividades na escola, docilizam corpos e subalternizam sujeitos. Todo esse armamento tem sido posto em contraponto aos propósitos sonhados e lutados, por quem de fato vive e estuda o chão da escola, que configuram a educação como um ato de liberdade, de compartilhamento, e não de aprisionamento e controle. Educação para uma sociedade mais justa, democrática, igualitária, humana e solidária. Nesse debate, convidamos o leitor a refletir conosco, abrindo veredas, descortinando interesses, parâmetros, valores, perguntando sobre que sucesso escolar queremos, ou melhor, que educação, que escola, que sociedade almejamos.

O avanço da militarização na educação brasileira: as escolas Cívico-Militares

A presença dos militares no âmbito educacional brasileiro não é algo novo. Consta que no período imperial já existiam organizações de ensino de natureza militar, sendo que, até o século XX, foram implantados mais de uma

dezena de Colégios Militares¹, contemplando as capitais e algumas cidades de grande porte localizadas nas 5 (cinco) regiões geográficas do Brasil.

Cabe ressaltar que inicialmente os Colégios Militares tinham como foco a formação das corporações, onde o ingresso dos alunos era restrito para os filhos dos militares ou indicações. Com o passar do tempo foi permitida a entrada de alunos civis, principalmente a partir da criação de Colégios Militares estaduais, administrados pelas polícias desses entes federativos². Nesse contexto, os estudos evidenciam que o Estado de Goiás foi o protagonista desse processo, e como se não bastasse passou a ser referência para a implantação de várias escolas desse modelo no Brasil.

A ampliação desses Colégios teve um impulso vertiginoso a partir dos desdobramentos que antecederam e sucederam ao Impeachment da presidenta Dilma Rousseff, com destaque para o resultado das eleições presidenciais de 2018, visto que uma das promessas de campanha do atual presidente foi ampliar progressivamente a quantidade de Colégios Militares, a partir de outra estrutura e nomenclatura, que são as Escolas Cívico-Militares (Ecim)³. De modo que, no segundo dia após a posse, o presidente promulgou o decreto nº 9.665, de 02 de janeiro de 2019 (BRASIL, 2019), cujo artigo 16, dentre outros pontos, legalizou a ampliação progressiva das escolas públicas estaduais e municipais ao modelo dos Colégios Militares já existentes. Cabe ressaltar que o citado decreto também alterou a estrutura do Ministério da Educação e Cultura (MEC), e um dos pontos alterados foi a criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. Contudo, a institucionalização do Programa das Escolas Cívico-Militares (Pecim), como a principal proposta do governo para a educação básica, ocorreu 8 (oito) meses depois, por meio do decreto nº 10.004, publicado no Diário Oficial da União em 06 de setembro de 2019 (BRASIL, 2019).

¹ Sobre os Colégios Militares. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/ingresso/colegios-militares>. Acesso em: 19 mar. 2021.

² De acordo com a Revista ÉPOCA, entre os anos de 2013 a 2018, o número de escolas estaduais geridas pela Polícia Militar saltou de 39 para 122 em 14 estados da Federação — um aumento de 212%. Disponível em: <https://epoca.globo.com/numero-de-escolas-publicas-militarizadas-no-pais-cresce-sob-pretexto-de-enquadrar-os-alunos-22904768>. Acesso em: 12 fev. 2021.

³ Escolas Cívico-Militares. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 mar. 2021.

Com a implantação do Pecim, o cenário da militarização na educação se reconfigura, visto que as escolas municipais também podem ser militarizadas, fato ainda mais preocupante, mediante a quantidade de escolas municipais do ensino fundamental existentes no Brasil, que acolhem, portanto, um vasto número de crianças que estão praticamente no começo da fase escolar, ou seja, em uma fase considerada fundamental para seu desenvolvimento. Por essa razão, considerando esse avanço da militarização das escolas em nosso país, buscamos adentrar esse campo reflexivo, tomando como objeto de partida as Escolas Cívico-Militares (Ecim).

Os argumentos para a implantação das escolas Cívico-Militares e seus enredamentos

O discurso emergencial, utilizado pelos mandatários para a implantação acelerada dessas escolas, tem por base alguns pressupostos, dos quais destacamos dois deles: a violência escolar e o baixo desempenho dos alunos, aferido pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e outras avaliações de organismos internacionais, a exemplo do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). A partir dessas e de outras justificativas, a metodologia disciplinar dos Colégios Militares é apresentada como um modelo⁴ para solucionar o desempenho escolar, visto que a maioria desses colégios tem sido bem sucedida nos resultados das avaliações do MEC.

A metodologia disciplinar tem como princípio um conjunto de regras a ser seguido, que possibilita a disciplinarização dos alunos, tornando-os “corpos dóceis”, como nos alerta o filósofo Michel Foucault (2014). Contudo, mesmo que alguns estudos evidenciem que os resultados dessas escolas têm sido positivos, consideramos necessário que tais resultados em paralelo com a educação pública em nosso país sejam problematizados, discutidos e analisados, considerando um conjunto de variáveis, de proposições, princípios e condições contextuais ausentes e existentes, pois a crise nas escolas públicas brasileiras é algo que vem sendo gestado faz tempo, a partir do campo

⁴ Nos documentos sobre as Escolas Cívico-Militares a palavra “modelo” é citada inúmeras vezes. Tais documentos estão disponíveis em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>. Acesso em: 5 abr. 2021.

político, econômico e sociocultural, sendo ainda mais perceptível na conjuntura atual, quando a burguesia e grupos ideológicos de extrema direita retomam espaços importantes do poder e são capazes de potencializar conflitos entre as classes. Isto sem dúvida tem afetado bastante diversos setores da sociedade, configurando um cenário que nos remete pensar sobre a ideia da *política da inimizade*, a qual, de acordo com Mbembe (2017), nas sociedades contemporâneas filia-se a uma cultura política, tensionada por diversos elementos oriundos de períodos coloniais, que ficam camuflados, mas, em diferentes tempos, ressurgem dentro das chamadas democracias liberais, principalmente na atualidade.

A esfera educacional brasileira, portanto, tornou-se um espaço em que acirram as disputas, a partir de uma perspectiva hegemônica das relações sociais capitalistas e ideológicas, que tem proporcionado mudanças complexas, que também atendem ao processo produtivo vigente (DOURADO, 2011). Não é por acaso que em vários países latino-americanos, dentre eles o Brasil, vem ocorrendo intensas reformas educacionais desde as últimas décadas do século passado, que são orientadas em sua maioria por organismos capitalistas neoliberais. Vejamos o argumento de Freitas (2018, p. 31) sobre o assunto: “O neoliberalismo olha para a educação a partir de sua concepção de sociedade baseada em um livre mercado [...]”. Todo esse contexto tem sido promissor para a elaboração de um conjunto de projetos neoliberais e autoritários, pois, além do Pecim, podemos citar a terceirização e privatização do ensino, o projeto Escola sem Partido, a Educação Domiciliar e *os Vouchers*, sendo que o primeiro, além de já ter sido implantado, possui metas ambiciosas para sua ampliação em curso. É oportuno também ressaltar que o acontecimento da pandemia da Covid-19 tornou-se um momento apropriado para justificar a implantação da Educação Domiciliar⁵.

Nesse sentido, acreditamos que é fundamental tomar este processo como objeto de investigação, de modo que possamos compreender melhor o contexto, as estratégias de um agenciamento neoliberal, capitalista, que faz

⁵ Cartilha da Educação Domiciliar 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/CartilhaEducaoDomiciliar_V1.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

reverberar as marcas ainda de um projeto colonizador. Nessa linha, como dissemos, é fundamental investir em pesquisas que nos ajudem a problematizar, por exemplo, estes argumentos que tem consubstanciado esse processo avassalador, que tem convencido, inclusive, professores e pais de alunos, ou seja, uma parte da comunidade. Investir em pesquisas e rastrear as que já foram feitas, de modo a nos servir de pistas para ampliarmos o debate, é um caminho. É com esse intuito que buscamos fazer um trabalho de levantamento bibliográfico, de modo a refletir sobre alguns pontos já observados nessa dinâmica.

Um olhar sobre as pesquisas que se voltaram sobre o tema: pistas para reflexões

Para o desenvolvimento deste trabalho de rastreamento bibliográfico, enfocamos como recorte, sobretudo as Escolas Cívico-Militares (Ecim). Assim, buscamos artigos, dissertações e teses, a partir dos sites Google Acadêmico, Portal da CAPES e Plataforma Sucupira, com o objetivo de irmos construindo uma imagem sobre o assunto, através de trabalhos já publicados.

Com esse mapeamento, observamos que o termo *militarização das escolas públicas* é preponderante entre os 41 artigos rastreados, sendo que mais da metade desses textos foram publicados em 2020, dado que evidencia como o aumento da militarização das escolas tem instigado os pesquisadores.

Observamos que a gênese do termo *militarização* está no militarismo, que segundo Pasquino (2000) corresponde a um amplo conjunto de ideias, hábitos e ações, dentre outros pressupostos, associados à utilização de armas para determinados fins, inclusive para o exercício do poder dos militares sobre os civis.

Esse mesmo autor apresenta um argumento importante, que nos ajuda a refletir sobre o avanço da militarização em alguns contextos: “O fenômeno do Militarismo aparece, ao invés, em formas muito agudas, nos países em vias de desenvolvimento, especialmente na África e, por um longo período de sua história que ainda continua, na América Latina” (PASQUINO, 2000, p. 751). No Brasil, ressaltamos, atualmente a militarização tem se expandido de modo vertiginoso, em vários setores, sobretudo, na educação.

Silva (2014, p. 355) esclarece que “desde logo, há que se ter clareza de que militarismo e autoritarismo são irmãos siameses, inerentes às ditaduras e refratários aos ideais democráticos [...]”. É o que se observa no Brasil, onde a militarização na sociedade no período da Ditadura Militar foi tão forte que ainda hoje se faz presente, e inspira o retorno de práticas autoritárias em nome da segurança, disciplina, patriotismo, civismo e ordem social, a exemplo do Pecim, que tem sido um mecanismo a propiciar a expansão acelerada da militarização das escolas, inclusive municipais, em solo brasileiro.

Assim, as Escolas Cívico-Militares é um assunto que aparece em quase todos os artigos, fazendo-nos considerar que tal assunto se encontra articulado à temática da militarização vinculada à ideologia do atual governo federal. Ou seja, como essa é a base do atual governo federal, que tem militarizado vários dos seus ministérios, a educação também entrou no projeto, como estratégia perspicaz da atual gestão para conter uma educação crítica e democrática. Educação crítica e democrática que vinha sendo tecida e requisitada, através de múltiplas condições e possibilidades, via investimentos diversos e valorativos, que deveriam prezar por essa perspectiva e sua importância.

Entretanto, em contraponto, o que percebemos é que essa militarização desconsidera os ideais de lutas há tanto tempo travadas por estudiosos do campo, por quem vive o chão da escola, em prol de uma política que, de fato, valorize a educação como ferramenta importante na emancipação dos sujeitos, nas construções de subjetividades autônomas, autorreflexivas. Essa desconsideração, e investimento no inverso, traduz-se em todo esse processo estratégico de militarização da educação brasileira, como forma de dominação, orientado, inclusive, pelo imperialismo externo, que tem marcado a história das nações subdesenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, sobretudo na América Latina.

Sobre essa questão é oportuno citar Fernandes (1973, p. 30), quando este afirma: “portanto, o uso da militarização do poder ou de autoritarismo como estratégia político para auxiliar um desenvolvimento rápido e seguro na América Latina é absurdo”. Isso nos faz lembrar também Guattari e Rolnik (1986), quando nos dizem que a subjetividade é a matéria prima de toda forma

de produção. Nesse sentido, não é difícil conjugar controle/disciplinarização de subjetividades e desenvolvimento atrelado à pergunta que não pode deixar de ser feita: para quem? Quem receberia as benesses desse desenvolvimento orquestrado por um imperialismo capitalista que repete a retórica salvacionista do velho-novo colonizador? Com essa pedagogia disciplinar/autoritária/hierárquica seria possível/permitido/estimulado aos estudantes fazer essa pergunta?

São essas trilhas reflexivas ou pistas para se adentrar caminhos reflexivos que observamos em muitos trabalhos publicados. É nesse sentido que tanto o termo militarização das escolas públicas, quanto Escolas Cívico-Militares, representam uma espécie de “guarda-chuva”, de onde são desdobradas várias temáticas importantes como, por exemplo: disciplina, violência, formação do cidadão, cidadania, exclusão, qualidade da educação, conservadorismo, gestão democrática, implantação de Organizações Sociais e outros assuntos que são desencadeados, que estão inter-relacionados com a questão chave da militarização das escolas públicas/das Escolas Cívico-Militares, que elegemos como foco. Praticamente todos os trabalhos problematizam a expansão acelerada dos Colégios Militares e das Ecim, ao passo que nos convocam a continuar pesquisando, debatendo e refletindo sobre as implicações desse processo estratégico na dinâmica educacional subjetiva-política-cultural, logo, existencial, de sujeitos, de comunidades, de escolas, de um país.

Notamos também, nesse mapeamento a nos abrir janelas reflexivas, que quase todos os artigos são de natureza exploratória ou bibliográfica, e as principais fontes de pesquisa foram documentais. Com relação às teses, foram mapeadas somente duas, uma publicada no ano de 2015 e a outra publicada em 2016. Entretanto, não abordam a questão dos Colégios Militares e das Escolas Cívico-Militares, que são nosso foco de investigação.

Já as dissertações mapeadas somam doze, número bastante reduzido em relação aos artigos, certamente por se tratar de um trabalho que demanda maior tempo para sua elaboração. Observamos também que, do mesmo modo que os artigos, a maioria das temáticas contempladas nas dissertações toma a questão da militarização das escolas públicas como ponto de referência para os desdobramentos de assuntos significativos como, por

exemplo: punir x educar; medo ou disciplina; pagamento de mensalidades; Organizações Sociais (OS's) e a gestão das escolas; a exclusão a partir da seleção dos alunos; o disciplinar como modelo pedagógico, entre outros.

Uma boa parte dos pesquisadores, no que diz respeito às dissertações, realizou pesquisa em escolas militarizadas, onde a coleta de dados se deu pela observação direta do processo, bem como através de pesquisa documental (regimentos, estatutos, cartilhas, comprovantes de pagamentos, fotografias de eventos etc.) e realização de entrevistas. Chamou-nos a atenção o que revela uma das pesquisas sobre os preços exorbitantes referentes ao fardamento exigido em um desses Colégios Militares, inclusive Cruz (2017, p. 117-118) argumenta que “Os pais dos alunos, inconformados e sem condições financeiras para manterem seus filhos na escola, buscaram vagas em outras escolas [...]”. Outra pesquisa, feita por Castro (2016), evidencia a cobrança de mensalidades aos familiares dos alunos que estudam nesses colégios. Diante deste dado apontado, cabe refletir se de fato essas escolas podem ser consideradas públicas, se continuam sendo públicas? Em outras palavras, que mais outro processo começa a ser imposto, vem sendo engendrado com os colégios militares, com a efetivação das escolas cívico-militares?

Outra questão preocupante que notamos refere-se à gestão escolar, pois quando a gestão não é ocupada pelos policiais, são as Organizações Sociais (OS's) que gerenciam essas escolas (CRUZ, 2017). Fato que motiva outro debate: onde fica a chamada gestão democrática? A Militarização é um meio para a terceirização da educação? Em que medida os pais participam da gestão como representantes nos conselhos? Cabe ressaltar que a maioria dessas pesquisas foram realizadas considerando o âmbito dos Colégios Militares do estado de Goiás, local onde se encontra um número significativo dessas escolas, por isso há também um número expressivo de artigos e dissertações sobre a militarização das escolas goianas.

Nessa mesma linha, buscamos assinalar veredas reflexivas e colher algumas pistas sobre o arcabouço promovido pelo assunto em questão, sobre as implicações do processo de militarização das escolas públicas brasileiras. Nessa perspectiva, consideramos oportuno evidenciar o trecho da entrevista

que revela o pensamento de um Diretor Coronel sobre o processo educacional e sua participação, de seu grupo, nessa dinâmica inter-relacional na comunidade escolar.

Eu sempre falo assim: a diferença de nós militares é que nós somos treinados para dar a vida pela sociedade⁶. Se tiver que morrer, eu morro pela sociedade. O cidadão comum, não. Ele é treinado para roubar. Ele é treinado para ser beneficiado. Ele trabalha em torno de si. Essa é a nossa diferença, esse patriotismo e civismo que já não existe mais, é isso que faz eu criar um cidadão consciente, para quando amanhã ele tiver no poder ou em algum lugar, ele falar assim: eu tenho que servir a pátria. Porque a pátria é a mãe de todos, nós temos que ter isso em mente, nós temos que servir à nossa pátria (SANTOS apud CASTRO, 2016, p. 93).

Observamos o quanto essa fala é autoritária e discriminatória, quando afirma que o cidadão comum é treinado para roubar. Esse é um discurso perigoso que serve como pano de fundo para a implantação de outros projetos fascistas, como a política armamentista da sociedade brasileira, o Projeto Escola Sem Partido e outros. Vejamos como ele cita vários termos apropriados por regimes totalitários e autoritários – pátria, patriotismo, civismo –, bem como fica evidente que os ideais presentes na Ditadura Militar de outrora ainda estão em efervescência. Portanto, fica perceptível qual é o partido destes que dizem militar por uma escola sem partido.

Espaço escolar: autoritarismo e silenciamento X democracia, autorreflexão-emancipação

A partir das pistas apontadas nas leituras, nos colocamos a refletir um pouco mais sobre algumas questões, levando em conta a importância do ato de educar, bem como do espaço da sala de aula e da escola.

É fato que a promulgação da Constituição Federal em 1988, e posteriormente da Lei de Diretrizes da Educação Básica Nacional (LDBN), nº

⁶ Grifos nossos.

9.394/96, tornaram-se os maiores fundamentos legais para o exercício da democracia no âmbito da educação brasileira pós-ditadura. Várias políticas públicas educacionais foram gestadas e implementadas a partir desses acontecimentos, bem como passou a ocorrer uma maior participação dos sujeitos nos espaços escolares a partir da chamada descentralização de poderes. Contudo, apesar da perspectiva amistosa que se instalou mediante a legislação educacional, constatamos que a democracia não se consolidou efetivamente nos espaços escolares, de modo que fosse capaz de resistir aos constantes ataques oriundos de governos antidemocráticos.

Os defensores da militarização escolar consideram que o processo disciplinar é a mola propulsora para que as escolas consigam atingir níveis elevados no IDEB e em outros meios de avaliação.

As Escolas Cívico-Militares se fortaleceram no país em decorrência do anseio social por um ensino de qualidade, com melhores resultados do Ideb e no Enem, e pelo desejo da sociedade por mais oportunidades aos estudantes das redes estaduais e municipais, como ocorre com os alunos oriundos dos Colégios Militares (BRASIL, 2020, p. 8).

Em 2020, foi lançado o a primeira edição do Manual das Ecim⁷, que dispõe de um conjunto de regras e orientações, porém o Art. 231 sugere que cada Ecim pode elaborar seu regimento interno em complementação ao manual nacional, de acordo com as especificidades de cada escola. Convém dizer que vários Colégios e Escolas Militares já haviam sido implantados em vários estados e municípios brasileiros⁸ e os mesmos já dispunham de regimentos e manuais próprios, em que a obediência e a disciplina são os principais ritos que os alunos têm que seguir, os quais são traduzidos em atos como, por exemplo, compor filas ou entrar em forma ao chegar e sair da

⁷ Manual das Escolas Cívico-Militares. Disponível em: http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/ECIM_Final.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

⁸ Dentre esses estados cabe evidenciar o Estado da Bahia que no primeiro semestre do ano de 2018 celebrou convênio entre a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e a União das Prefeituras da Bahia (UPB) para implantação do regime militar nas escolas municipais, em que os municípios que desejassem fazer a adesão. Disponível em: <http://www.upb.org.br/noticias/convenio-vai-permitir-a-municipios-usar-metodologia-de-ensino-dos-cpms>. Acesso em: 18 abr. 2019.

escola, cantar hinos, bater continência, dentre outros. Assim também é exigido o fardamento completo, orientação sobre os cortes e penteados de cabelos e recomendação para o não uso de maquiagens e adereços, além de exigir uma postura corporal condizente com o regime militar.

Percebe-se que os alunos das Escolas Militares e Cívico-Militares passam a ser *enquadrados* por regras e disciplinas que acabam formatando subjetividades, apagando singularidades corporais, culturais. Nesse projeto formativo, quem não segue esse ordenamento, é considerado indisciplinado, indócil. É Foucault (2014, p. 134) quem vai nos esclarecer o que seria um corpo dócil em um processo de disciplinarização: “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado [...]”.

Com tantos indícios já sinalizados, não tem como não refletir sobre os propósitos que estariam assentados nos termos submissão, transformação e aperfeiçoamento. Como se encaixam, ou não se encaixam em uma sala de aula, no espaço da escola, marcado sempre por múltiplos sujeitos, histórias/culturas/saberes e singularidades? Como submissão caminha, ou encaminha, junto a transformação e aperfeiçoamento?

É oportuno questionar se, de fato, o objetivo primordial da militarização das escolas é a busca do bom rendimento na aprendizagem, visto que o rigor na disciplina certamente contribui para tornar os sujeitos mais passivos, menos críticos e autônomos, tanto no que diz respeito à percepção dos fatos e acontecimentos mundiais, bem como na interação desses sujeitos com o mundo que o cerca. Dessa forma, Foucault (2014, p. 135-136) assegura que: “A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminuem essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) [...]”. Com isso, juntando os signos, parece que está se tentando construir uma peça útil, economicamente falando, uma mão de obra submissa e obediente, que não questione seu lugar nessa engrenagem maior, não questione os fins dessa engrenagem.

A busca da disciplinarização dos educandos na Educação Básica ocorre justamente nas fases de suas vidas em que a criatividade, espontaneidade e criticidade são bastante aguçadas. Ao invés de se aproveitar isso, se fomentar o pensamento crítico-criativo, capaz de abrir brechas nas

textualidades naturalizadas, se domestica a veia crítica dos estudantes, recalçando a chama da inquietude e da curiosidade sobre as coisas dadas e os interesses que as movem. Ao invés de se promover o giro crítico no olhar dos estudantes para que estes possam refletir sobre suas próprias histórias de vida, os saberes e lutas locais, como nos incita a considerar Moreira (2012, 2021), o porquê das formas de controle, da redistribuição injusta dos bens na sociedade, a importância de se ouvir-considerar outras perspectivas, racionalidades, com o intuito de pensar a coexistência humana, pautada no respeito, na igualdade com diferença, portanto na dignidade do viver, se estanca o espírito criativo em uma camisa de força, que tem como regra de possibilidade permitida/requerida a continência, a marcha homogênea.

Esse gesto repete uma colonialidade do poder, como diria Lugones (2019), a medida em que se desumaniza o outro, tratando-o, nesse caso, como objeto, corpo a ser enquadrado em uma subcategoria hierárquica, que repete movimentos dentro de uma lógica vertical dicotômica – mandante/obediente – que silencia o outro, suas culturas singulares. Essa questão nos faz pensar sobre a condição do *sujeito subalterno*, que de acordo com Spivak (2010), em seus estudos pós-colonialistas, assim é configurado pelo fato do seu silenciamento, ou seja, estes sujeitos não têm espaço para fala.

Santos (2016, p. 57-59), a partir da leitura de Spivak (2010), argumenta que os subalternos são impossibilitados de falar, por pelo menos três motivos:

quanto mais baixa a sua condição social, mais submetidos e enredados numa violência epistemológica e quase metafísica; 2) estão desprovidos de representação política e legal que os faça ser ouvidos; 3) estão aprisionados à lógica da mercadoria e seu consumo por isso sem condições de reverter seu sinal de superá-los.

A partir desses pressupostos sobre o silenciamento dos sujeitos, convém colocarmos sob suspeita algumas das condições que estão latentes, que estão presentes nesse processo: por que essa militarização estende seus tentáculos inclusive para as escolas municipais, chegando ao nível fundamental, a diversos municípios interioranos do Brasil? Que público eles

imaginam, estereotipam, como público-alvo dessas escolas? O que é mesmo que se quer com essa militarização da educação? Todos os alunos dessas escolas almejam seguir a carreira militar? A comunidade escolar tem sido ouvida antes da implantação desse sistema militar? Por fim, quem são os sujeitos sociais que defendem a implantação das escolas militares? Esses sujeitos, em sua maioria, representam, de fato, a comunidade escolar?

A partir do momento em que as Escolas Militares condicionam as falas dos educandos às regras estabelecidas, certamente eles vão perdendo paulatinamente seu potencial de expressão espontânea, condição primordial na dinâmica escolar, que sem dúvida é um dos caminhos para o exercício da autonomia de si.

Paulo Freire (1984, 1996, 2005, 2007), mentor de uma pedagogia um tanto quanto *insurgente e decolonial*, também nos ajuda a problematizar e a elaborar outras indagações sobre o processo de militarização das escolas, vejamos: É possível desenvolver uma proposta de educação *dialógica* nas escolas militarizadas? Em que medida a *pedagogia da pergunta e da autonomia* pode embasar as práticas pedagógicas dos professores que atuam nessas escolas? Qual é a concepção de educação defendida pelos mentores e defensores das Escolas Militares e Cívico-Militares? Ao problematizar a relação entre educação e mercado, muitas vezes o que encontramos nessa lógica do sucesso e do produto, sem reflexão-questionamento, é justamente a concepção bancária de ensino, na qual se toma o educando como um objeto, um boneco, uma caixa passiva, onde se depositaria o unívoco e verdadeiro saber, apagando, portanto, a fala, a palavra, o saber do outro.

Quando se pensa sobre a rotina e as regras a que os educandos são submetidos no contexto da sala de aula das escolas militarizadas, nos parece evidente que se encontra em curso um projeto nacional, que busca modelar os sujeitos, através dos seus corpos. Nesse sentido, deve-se reconhecer que as pessoas não devem ser modeladas no processo de ensino e aprendizagem, mas também é importante ressaltar que não se trata de uma simples transmissão de conhecimento, sem sentido para os educandos (ADORNO, 1995).

A busca do desenvolvimento de uma consciência verdadeira através dos assuntos curriculares adotados pela escola ocorre mediante o ensino que provoque o desenvolvimento de um pensamento crítico e reflexivo nos

educandos. Para isso seria necessário mostrar/fazer emergir outras perspectivas. Trazer para o currículo as culturas negadas, como pontua Santomé (1995). E isso requer um ambiente dialógico, como diria Paulo Freire (2005) com seus tantos anos de vivência e estudo sobre a questão. Um ambiente em que ouvir o outro fosse fundamental. Em que a regra possibilitasse discutir o compasso. Isto é, um espaço de sala de aula em que se pudesse ponderar, divergir, questionar, refletir! Um movimento educacional que primasse não pelo silenciamento, mas pela vontade de ouvir a palavra do outro, de tantos outros, promovendo a educação em comunhão, o professor também aprendiz, pois também aprenderia algo com a fala, com as pontuações, a vivência, a perspectiva de seu aluno.

Mas, ao contrário, percebemos que o *autoritarismo* é um elemento preponderante no processo de ampliação das Escolas Militares, tendo em vista que seus idealizadores e defensores têm atuado intensamente na disseminação de ideias e aspectos que, de acordo com Mei (2021, p. 154), se aproximam do fascismo.

adesão à ideologia fascista, sua subcultura e seus ícones e culto a líderes fascistas; 2) tradicionalismo, representado no culto à “família tradicional brasileira”; 3) o irracionalismo, a distorção e negação da realidade, e o ataque à ciência e às universidades públicas; 4) militarismo e belicismo (quanto a isso cabe observar que essa tendência se manifesta também nas milícias evangélicas e nas “escolas cívico-militares⁹”); 5) culto à violência, inclusive à tortura; 6) estigmatização de grupos étnicos e sociais: indígenas, negros, mulheres, homossexuais, “comunistas”, “artistas degenerados”, etc.; 6) sectarismo e (pseudo)-nacionalismo; 7) divisão do país em “amigos” e “inimigos”

Nesse contexto, convém citar o estudo de Adorno (2019), sobre *a personalidade autoritária*, recentemente publicado no Brasil, por ser considerado uma referência importante na discussão sobre o assunto,

⁹ Grifos nossos

principalmente pelo que o estudo evidencia sobre a presença de *mentes autoritárias* na estrutura da sociedade logo após o fim do holocausto. Fato que também se percebe na sociedade atual, principalmente em espaços já institucionalizados de poder, onde essas pessoas são capazes de tomar decisões de modo vertical e as consequências têm afetado drasticamente a sociedade em diversas partes do mundo, sobretudo no Brasil.

É oportuno também retomarmos a fala, aqui já transcrita, de um militar a respeito do seu papel e contribuição na educação escolar. Uma fala que reforça o autoritarismo, a dicotomia hierárquica, assolada de ideais de patriotismo, amor à pátria e subserviência cega a esta, como valores que os distinguem, os militares e conseqüentemente os militarizados, em um campo superior, dos outros, que acabam ficando na categoria inferior de ladrões.

Retomando essa fala-pensamento-postura é possível inferir que tipo de escola, certamente militar, ajudou a formar, exprimir tal fala, pensamento, subjetividade, que não é capaz de desconfiar/perguntar: que pátria é essa, será que realmente ela tem sido mãe de todos, tem distribuído o bolo, as condições, iguais, para todos? Que pátria, que mãe, que escola é essa que anula a maioria de seus filhos, todos aqueles que não são militares, desconsiderando qualquer tipo de saber saudável que este tenha, reduzindo todos a ladrões? Este é o partido desta escola, dita sem partido, que parte a sociedade. Uns sabem tudo, podem tudo, tem tudo e outros?

Na fala transcrita, a parte maior da sociedade, que não é militar, é composta pelos cidadãos comuns. Cidadãos que, nesta visão, são ladrões, assim são treinados para ser. A outra parte, militar, fruto de treinamento, de uma educação militar, dá a vida pela sociedade, morre por ela, mata e mata-se, sem mesmo se perguntar por quem/por que, de fato, está morrendo, em nome de que sociedade está dando a sua vida: uma sociedade bipartida. Este treinamento educativo cria/reforça um fosso. É desse modo que queremos promover a educação? É essa a educação que queremos? É esse sujeito-subjetividade-corpoencéfalo que queremos? É essa sociedade que queremos? Com Mendonça (2019), Lacé, Santos e Nogueira (2019) ainda nos perguntamos: queremos formar cidadãos ou soldadinhos de chumbo? Estamos falando de escola ou de quartel? Com isso, não estamos, justamente, negando a educação? Por fim, ainda indagar: Queremos uma educação que se

fundamente na morte, na aniquilação do outro ou na possibilidade de, juntos, em diálogo, sermos outros, tecermos um outro mundo mais humano, mais solidário e menos violento?

A metodologia das escolas militarizadas nos parece que figura na contramão de uma educação que busca a criticidade, a inclusão, a participação dos sujeitos nas agremiações escolares, nos eventos para além dos muros da escola e outras atividades que são consideradas elementos que potencializam a autonomia, a criticidade sobre si e sobre o mundo que o cerca. Dessa forma, representa uma ameaça para o exercício da democracia, que já se encontra fragilizada, pois na medida em que os seres humanos não se reconhecem enquanto sujeitos sociais, a sociedade tampouco irá se reconhecer enquanto uma sociedade plural, participativa e democrática.

Diante disto, insistimos na seguinte reflexão: qual é mesmo a lógica da militarização? Parece-nos que, se por um lado o argumento é a formação do sujeito *patriota e de bons modos* para sua inserção no mundo do trabalho, tão necessário a expansão capitalista (MÉSZÁROS, 2008), por outro lado, da mesma moeda, a formação desses sujeitos está associada aos interesses dominantes e hegemônicos disfarçados com o nome de Pecim.

Considerações finais

Como pudemos perceber, a crescente militarização das escolas no Brasil, nos últimos anos, é um fato, e, a partir deste trabalho, foi possível notar que também vem crescendo o número de estudiosos engajados em pesquisar sobre o assunto¹⁰, sendo que a maioria dos trabalhos mapeados são artigos, seguidos por dissertações. No caso das teses, acreditamos que a quantidade ainda é incipiente, por conta de ser um trabalho que demanda ainda mais tempo. Nesse sentido, nossa primeira constatação é que é de fundamental importância continuar, ampliar-promover e reforçar os estudos sobre a temática da militarização das escolas, sobre as escolas Cívico-Militares, considerando a gravidade da situação, as formas diversas e vorazes/rápidas

¹⁰ Cf. Dossiê: militarização das escolas públicas no Brasil. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/issue/viewIssue/3872/756>.

como o processo de militarização vem avançando e tomando conta do território brasileiro, da educação pública no Brasil, em diferentes níveis.

As pesquisas já encontradas e por nós feitas fazem suscitar diversas questões que merecem ser problematizadas junto com este avanço da militarização na educação pública. Foi possível verificar que a partir dessa temática, se desencadeia uma diversidade de subtemas, que já evidenciam as implicações desse fenômeno, inclusive no que se refere à gestão escolar pelas OS's, que se caracteriza como a privatização da gestão, transfigurando-se como projeto neoliberal, através do qual a educação tornou-se, tem se tornado, bom negócio (FREITAS, 2018).

Assim, as pistas levantadas nos levaram a refletir sobre este projeto educacional que está sendo implantado de modo avassalador, os seus meios, os seus fins, o que aniquila e o que está construindo. Autoritarismo, fascismo, neoliberalismo, capitalismo, colonialismo são algumas das facetas do mesmo projeto em expansão. Projeto que, sob a justificativa do fim da violência e melhor desempenho escolar, tem imposto violentamente uma formatação dos corpos, das subjetividades, controlando/domesticando o senso crítico, divergente, que poderia fazer emergir um outro conhecimento, uma outra vida possível, um devir, a partir do pensar e do pesar as perspectivas, as condições de vida e de morte, os interesses e as formas de naturalização do olhar. Mas, em um ambiente que preza pela hierarquia, verticalidade, que resulta no silenciamento, na subalternização do aluno, isso fica impossível, posto que, no processo, já se mostra contraditório, já revela seus efeitos.

Os escritos de Deleuze (1992), presentes no texto *Post-Scriptum sobre as sociedades de controle*, os quais apresentam três modelos de Sociedades: “da soberania, disciplinares e do controle”, são importantes neste estudo. Mesmo que esses modelos de sociedades sejam situados em um determinado tempo histórico, observa-se que seus princípios e objetivos são muito atuais e principalmente esses dois últimos, que podem ser articulados com o processo de militarização das escolas brasileiras. É nessa linha que poderíamos aprofundar um debate sobre os mecanismos de controle, sobre processos disciplinares, de engendramento de falsos simulacros, que podem aprisionar tanto alunos e pais, quanto professores.

Nesse sentido, em um ambiente que cria e reforça a inimizade, a lógica dicotômica categorial, o bipartimento entre os que podem-tem-sabem em contraposição aos que não podem, não sabem e não tem, como podemos considerar o sonho de uma sociedade mais justa e igualitária, na tarefa de ajudar a formar pessoas/mundos? Como podemos considerar a proposta que o pesquisador Antonio Nóvoa (2020)¹¹ atribui para a educação, como sendo uma de suas premissas fundamentais, lutar contra a desigualdade? Como não dispensar tudo isso e não ser consumido pelo signo-lógica do mercado, como nos alerta Moreira dos Santos (2016), nos chamando para uma luta subalterna? Como não se deixar seduzir pelos saberes de mercado em contraponto aos saberes reflexivos, como também nos chama a atenção a pesquisadora Nelly Richard (2002)? O que queremos ser? Que escola, que sociedade queremos tecer? Qual projeto elegemos para a escola e para os estudantes? É o que pontua Delory-Momberger (2008), ressaltando como essas histórias estão entrelaçadas, como precisamos nos ouvir, autorrefletir. Por fim, o que estamos fazendo de nossa autonomia do pensar-agir?

Essas e outras são algumas reflexões que aqui deixamos, acreditando que precisamos aprofundar, disseminar esse debate, produzir mais conhecimentos sobre tal processo e, assim, formar uma articulação nacional, capaz de contribuir, de alguma maneira, com a desmitificação, junto à sociedade, dos argumentos que justificam implantar e ampliar a militarização nas escolas, escondendo a lógica política-econômica-cultural-subjetiva que rege essa educação de quartel colonial/neoliberal.

Referências

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor W. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. COSTA, Virginia Helena Ferreira da (Org.). Trad. Virginia Helena Ferreira da Costa,

¹¹ C.f. NOVOA, António. Formação Continuada – Aula Magna promovida pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC), Instituto Anísio Teixeira 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7kSPWa5N1eo>. Acesso em: 23 abr. 2021.

Francisco López Toledo Corrêa, Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.

BRASIL. *Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019*. Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação. Disponível em: http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/decreto_9665_e_strutura_regimental_mec.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. *Compromisso Nacional pela Educação Básica*. 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/11.07.2019_PPT-Cafe-da-manha-EB-converted.pdf. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 10.004*. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm. Acesso em: 6 set. 2019.

BRASIL. *Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019* – Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – Pecim em 2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar – Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.015-de-20-de-novembro-de-2019>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. Projeto Político Pedagógico. In: *Manual das Escolas Cívico-Militares 2020*. Disponível em: http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/ECIM_Final.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

CASTRO, Nicholas Moreira Borges de. *“Pedagógico” e “disciplinar”: o militarismo como prática de governo na educação pública do estado de Goiás*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social Instituto de Ciências Sociais) – Universidade de Brasília/UNB, Brasília-DF: 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22204>. Acesso em: 10 maio 2019.

CRUZ, Leandra Augusta de Carvalho Moura. *Militarização das escolas públicas em Goiás: disciplina ou medo?* Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia: 2017. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3746>. Acesso em: 10 maio 2019.

DELEUZE, Gilles. Controle e Devir. In: *Conversações (1972-1990)*. Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELORY-MOMBERGER, C. Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto. Natal: EDUFRN, 2008.

DOURADO, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação: Avaliações e retomada do protagonismo da sociedade civil organizada na luta pela educação. In: FERREIRA, Naura Syrua Carapeto (Org.). *Políticas Públicas e Gestão da Educação: polemicas, fundamentos e análises*. Brasília: Liber Livro Editora, 2011. p. 21-48.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. de Raquel Ramalhete. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FIORIN, José Luiz; FLORES, Valdir do Nascimento e BARBISAN, Leci Borges (Org.). *Saussure: a invenção da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2013.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1985.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 2007.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Trad. Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. (Coleção Educação e Comunicação, v. 1)

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

LACÉ, Andréia Melo; SANTOS, Catarina de Almeida; NOGUEIRA, Danielle Xabrega Pamplona. Entre a escola e o quartel: a negação do direito à educação. *Revista Brasileira de Administração da Educação – Anpae*. v. 35, n. 3. set./dez. 2019. p. 648-666. <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/96856/55501>. Acesso em: 3 maio 2021.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. In: Holanda, Heloisa Buarque. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. Trad. de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Escola cívico-militar: cidadão ou soldadinho de chumbo? *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 27, p. 621-636, set./dez. 2019. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1039>. Acesso em: 3 maio 2021.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. Trad. Isa Tavares. 2 ed. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2008. (Mundo do Trabalho)

MEI, Eduardo. Pandemia e micropolítica brasileira: as forças repressivas e a gênese contínua do capital. In: FILHO, João Roberto Martins (Org.). *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2021. p. 143-148.

MOREIRA, Jailma dos Santos Pedreira. Literatura e crítica cultural: uma experiência com os cânticos do MMTR no curso de Letras. *Revista Pontos de Interrogação*, v. 10, n. 1, jan-jun, 2020.

MOREIRA, Jailma dos Santos Pedreira. Feminismos locais na sala de aula. In: SANTOS, Cosme Batista dos; GARCIA, Paulo César S.; SEIDEL, Roberto Henrique (Org.). *Crítica cultural e educação básica: diagnósticos, proposições e novos agenciamentos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

PASQUINO, Gianfranco. Militarismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; e Gianfranco PASQUINO. *Dicionário de Política*. Trad. Carmen C, Varriale et al. Revisão geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cascais. 5 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. p. 748-754.

RICHARD, Nelly. Saberes de mercado e crítica da cultura. In: RICHARD, Nelly. *Intervenções críticas*. Belo Horizonte: Ed UFMG. 2002.

SANTOMÉ, Jurjo T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SANTOS, Osmar Moreira dos. *A luta desarmada dos subalternos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

SILVA, Jorge da. Militarismo. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves. (Org.). *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 349-361.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

Recebido em 21 de maio de 2021.

Aceito em 18 de junho de 2021.